

“SER MAIS UM TIJOLO NO MURO?” ESCOLA SEM PARTIDO COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE SOCIAL¹

Felipe Kowalski Mello²

Gisely Pereira Botega³

RESUMO: O Movimento Escola Sem Partido surgiu como um ataque à docência que visa o controle do que pode ser dito ou não em sala de aula, por meio de Projetos de Lei que estabeleçam essa lógica doutrinária. Problematizar o Escola sem Partido significa pensar na relação dxs docentes e estudantes como resistências aos fascismos e possibilidade de ampliação de conhecimentos, numa defesa da educação como prática de liberdade e emancipação do sujeito. Diante desse cenário, a presente pesquisa buscou saber quais os sentidos atribuídos por professorxs de escolas públicas da cidade de Florianópolis ao movimento Escola sem Partido. O aporte teórico utilizado foi desde Paulo Freire para falar sobre educação até Foucault e Deleuze para conceituar sociedades disciplinares e de controle, relacionando com as três entrevistas realizadas com professorxs do ensino médio de escolas públicas da grande Florianópolis. Os dados produzidos foram discutidos através da análise de práticas discursivas de Mary Jane Spink.

PALAVRAS-CHAVE: educação, escola sem partido, sociedade disciplinar, sociedade de controle

1 INTRODUÇÃO

1.1 MEU *DEVIR*-PESQUISADOR

Este trabalho começou quando percebi a minha capacidade de me indignar sócio-politicamente diante as situações que me rodeavam e atravessavam, como os ataques à educação ou opressões sociopolíticas, ou seja, não há um ponto de partida, e sim, uma construção constante e contínua. Considero pertinente falar sobre esta construção como um *devenir*, partindo da definição proferida nos diálogos de Deleuze e Parnet (1998, p. 3):

¹Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, como requisito parcial para obtenção do título de Psicólogo.

²Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina. felipe-km@hotmail.com

³Doutora em Educação – UFSC. Professora na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.

Devir é jamais imitar, nem fazer como, nem ajustar-se a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade. Não há um termo de onde se parte, nem um ao qual se chega ou se deve chegar. Tampouco dois termos que se trocam. A questão "o que você está se tornando?" é particularmente estúpida. Pois à medida que alguém se torna, o que ele se torna muda tanto quanto ele próprio. Os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, núpcias entre dois reinos.

Sendo assim, a construção do trabalho e da minha própria vivência é um eterno *devir*, por ser singular, pretensiosamente desajustado e com inícios, meios e fins indefinidos. Vou escrevendo e sendo escrito pelo meio. Logo, minhas experiências na área educacional como estudante foram determinantes para que eu iniciasse a problematização contida nesse estudo. Deleuze e Guattari (1995) consideram que o devir minoritário de todo mundo é constituído pela variação contínua, sendo ele como forma universal da consciência considerado como autonomia. Os mesmos autores distinguem o majoritário como sistema homogêneo e constante e as minorias como derivações, sendo o minoritário formado por devires criados e criativos. Sendo assim, posso considerar que sou permeado por um sistema majoritário que me permite um desenvolvimento autônomo dentro dele, afetando-o ao mesmo tempo em que sou afetado por ele. As artes e a música me trouxeram inspiração, já que, quando ouvi “*Another Brick in The Wall parte II*” do Pink Floyd, composta por Roger Waters (1979), percebi que a letra poderia ser facilmente transportada para o tempo presente, fazendo correlações com dispositivos de poder e saber como o Escola sem Partido.

We don't need no education/ Não precisamos de educação

We don't need no thought control/ Não precisamos de controle de pensamentos

No dark sarcasm in the classroom/ Sem sarcasmo na sala de aula

Teachers leave them kids alone/ Professores deixem as crianças em paz.

A educação vem sofrendo diversos ataques, em especial, as instituições e professorxs têm sido constantemente bombardeadas com acusações de estarem “doutrinando” estudantes com conteúdos enviesados por matrizes ideológicas político-partidárias. Um dos projetos que fomentam estas acusações é o Escola Sem Partido. Bedinelli (2016 apud MOURA, 2016) aponta que o advogado e procurador Miguel Nagib criou o Movimento Escola Sem Partido (MESP) em 2004, mas a ideia surgiu em setembro de 2003, por ele ter escutado o relato de

uma de suas filhas que seu professor de história havia feito uma comparação entre as trajetórias de vida de São Francisco de Assis e Che Guevera durante a aula.

Entendendo o controle de pensamentos que o Escola Sem Partido instrumentaliza como fascista, agindo como dispositivos de biopoder, é possível falar sobre *fascismos* numa perspectiva de compreendê-lo como a definição trazida por Foucault (1977) no prólogo da edição americana do Anti-Édipo, que todos os fascismos necessitam ser combatidos, mas os ditatoriais são mais facilmente identificáveis por estarem no outro. Os nossos próprios fascismos demandam resistências com maior afinco, visto que precisamos reconhecer a sua existência, que nos traz adoração ao poder, ao domínio. Sendo assim, entendo que a necessidade de assumir que existe um eu-fascista e definir fascismos como não sendo algo distante são formas de resistir e lutar por uma vida não-fascista.

1.2 ESCOLA SEM PARTIDO?

O Escola Sem Partido surgiu, no meu entendimento, como um dispositivo de controle social específico na docência e instituições escolares, tendo como exigência a ideia de neutralidade no processo de ensino. O Movimento, como foi dito, surgiu em 2004 e os Projetos surgiram dez anos depois. Segundo Moura (2017), o primeiro projeto do Escola Sem Partido foi o Projeto de Lei nº 2974 de 2014. A autora traz que durante o ano de 2014, foram apresentados 18 projetos de lei, 17 no ano seguinte e, até o mês de outubro de 2016, mais 14 projetos de lei, totalizando 49 Projetos de Lei vinculados ao Escola Sem Partido de 2014 até outubro de 2016.

Mesmo sendo novo, Paulo Freire (1996, p. 60), já alertava sobre a tentativa de “neutralizar” o discurso acadêmico no seu livro *Pedagogia da Autonomia*:

Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra.

Uma educação democrática pressupõe uma não-neutralidade da educação, exatamente o oposto do que o Escola Sem Partido considera democrático, sendo a parcialidade interpretada como uma lógica doutrinária. Paulo Freire (1966) afirma que a disciplina

desenvolvida pelxs alunxs provém de suas liberdades, e o exercício da docência de modo democrático deve prezar pela liberdade de pensar dxs alunxs, jamais desconsiderando-a, portanto, a liberdade dxs alunxs é ressaltada como uma dimensão pedagógica. Paulo Freire (1996) considera que o educador democrático é consciente de que não existe uma possibilidade de posicionamento neutro, pois se posicionar (e não se posicionar) já explicita uma não neutralidade. Considerando a impossibilidade de um viés neutro, o Escola Sem Partido é sem partido mesmo?

O Escola Sem Partido parece fazer mais do que ser apartidário, ele demanda o apartidarismo do outro. Não age como um cúmplice passivo, e sim, demarca um ativismo contundente de como o outro, no caso, educadorxs, devem agir. Sendo assim, pode-se considerar o Escola Sem Partido um dispositivo disciplinar e/ou de controle social.

Foucault (2014) considera que o adestramento é a premissa do poder disciplinar, com o objetivo de construir sujeitos que sejam instrumentalizados sob uma vigilância hierárquica que é a explicitação dos poderes coercitivos. Professorxs possuem a liberdade de falar, mas podendo ter suas falas gravadas por estudantes gerando possíveis represálias pela expressão pública de seu pensar, logo são adestrados, não conseguindo se posicionar e receosos com suas palavras.

O site do Escola Sem Partido argumenta utilizando da Constituição Federal, que garante liberdade de crenças, neutralidade política e religiosa e pluralismo de ideias, mas nos artigos que cita da Constituição, parece existir alguns equívocos interpretativos, pois considera o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (CF, Art. 206, III), mas como haverá pluralidade numa neutralidade política? O Art. 207 da Constituição Federal, que não é listado no site do Escola Sem Partido, afirma que as Universidades públicas e privadas devem ter autonomia didático-científica, ou seja, existe uma garantia constitucional para que o ambiente universitário tenha essa pluralidade de ideias, inclusive na didática dxs tutorxs.

A garantia de uma educação democrática é constitucional. O Art.5, inc. IX da Constituição Federal de 88 assegura a liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação vedando qualquer tipo de censura. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 9394/96) também assegura, nos incisos do art.3, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, liberdade de ensino e aprendizagem embasadas numa gestão democrática do ensino público. Tanto o Conselho Federal de Psicologia (2018) e o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2017) se manifestaram de forma contrária ao Projeto de

Lei Escola Sem Partido, argumentando que a proposta fere a liberdade de expressão e de pensamentos dos sujeitos inseridos num contexto educacional.

Relacionar a sociedade disciplinar e de controle com o Escola Sem Partido possui importância por ser um tema em voga que envolve formação humana, mas ainda pouco discutido na Psicologia. Além de possibilitar ampliação e melhor compreensão deste fenômeno com criticidade, fomentando discussões histórico-sócio-políticas acerca do assunto e de toda uma produção discursiva sobre este tema que diz muito das relações de saber e poder de nosso tempo.

Questionei-me como e em que medida este projeto de lei afeta xs professorxs no seu cotidiano escolar e na sua saúde mental e se projetos e movimentos como estes produzem *(des)alentos* e *(des)encantos* no exercício da docência? São questionamentos que surgiram ao discutir sobre a lógica doutrinária do Escola Sem Partido, que afetam principalmente educadorxs e me levam a querer saber **quais os sentidos atribuídos por professorxs de escolas públicas da cidade de Florianópolis ao Escola Sem Partido?**

Com o intuito de sistematizar a seleção dos artigos científicos, utilizei os descritores “Escola Sem Partido” e “sociedade disciplinar e sociedade de controle” em três portais eletrônicos: Scielo, RIUNI e o Pepsic. Para a seleção dos artigos, li primeiramente o título, depois o resumo, a introdução e o restante. A escassez de pesquisas sobre o Escola Sem Partido, especialmente na área da Psicologia denotam uma importância para ampliação de conhecimentos sobre um tema notoriamente atual, visto que os artigos são de 2016 em diante.

O estudo objetivou problematizar o Projeto e o Movimento Escola Sem Partido na perspectiva de professorxs de escolas públicas de Florianópolis. **Os outros objetivos** foram desconstruir a noção de neutralidade e de doutrinação na educação, conhecer os sentidos atribuídos por professorxs ao projeto e movimento escola sem partido com suas possíveis implicações no cotidiano escolar e, **por último**, relacionar os discursos dxs professorxs entrevistadxs com as propostas do Escola Sem Partido e com as discussões acerca do tema.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Os sujeitos participantes da pesquisa foram professorxs que lecionam em Escolas Públicas para o Ensino Médio da região da grande Florianópolis. Foram realizadas três entrevistas, individualmente com cada participante em locais sigilosos para evitar ruídos e preservar a privacidade dx participante. Foram contactadxs através do método “bola de neve”, que segundo Vinuto (2004), possibilita uma cadeia de referências por indicação, ou seja, xs professorxs entrevistados indicaram outro contato para entrevista. O instrumento de coleta de dados utilizado para todxs xs participantes foi uma entrevista semi-estruturada. É preciso ressaltar que houve a não aceitação da entrevista por um dos contatos iniciais por conta de receio de uma possível represália por contestar o Escola Sem Partido.

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade do Sul de Santa Catarina. Após esse processo foram encaminhados para elxs um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a autorização da participação na pesquisa, assim como a solicitação para a gravação de áudio com a finalidade de transcrição. Foram apresentados também os preceitos éticos em pesquisa para xs participantes, que incluíam a garantia de sigilo, inclusive com utilização de pseudônimos escolhidos por elxs. Foram apresentadas a possibilidade de desistência em qualquer momento da entrevista, os riscos e benefícios, sendo esses mínimos e, se houvesse alguma mobilização causada pelo teor da entrevista, elxs seriam acolhidos ou feito um encaminhamento psicológico, e com benefícios indiretos, sendo esta uma pesquisa que contribuirá com a ampliação das discussões acerca do tema.

A natureza da pesquisa é qualitativa, exploratória, delineada como um estudo de caso, tendo corte transversal. A análise dos foi feita com base nas práticas discursivas, que Spink e Medrado (2013) definem como uma ação linguística que possibilita a produção de sentidos nas vivências cotidianas das pessoas. Spink e Medrado (2013) afirmam que estabelecer sentidos para as práticas cotidianas é fundamental para o funcionamento da sociedade, sendo entendida a linguagem como atuação social e, portanto, uma ferramenta importante na construção de sentidos, considerando o sujeito da fala como um ser envolto nas práticas interacionais em seu contexto sócio-histórico. Spink e Medrado (2013) também apontam que os sentidos tomam forma quando ocorre uma cisão com o habitual, no sentido que é possível trazer uma reflexão nova para o sujeito com auxílio de perguntas que forneçam elucidações sobre o tema que anteriormente passavam despercebidas.

Spink e Medrado (2013) consideram ser essencial saber que a linguagem estará em ação e produzirá consequências, mesmo que não-intencionais, portanto necessita de uma atenção na performance discursiva do sujeito considerando que ela poderá apresentar insights sobre vivências particulares, contextualizadas com suas relações sociais, ao depender da pergunta lançada ou do conteúdo em pauta. Portanto, por conta dx entrevistadx trazer falas que compõe suas próprias práticas cotidianas, Spink e Medrado (2013, p.27) consideram que “a compreensão dos sentidos é sempre um confronto entre inúmeras vozes.”

Spink e Medrado (2013) tratam as práticas discursivas como instrumentos potentes ao fazerem o sujeito se posicionar identitariamente, ampliando seu repertório interpretativo e se localizando melhor nas relações sócio-interacionais permeadas por elementos que constituem a sociedade, como estabelecimento hierárquico e de poder. Por fim, xs autores consideram que a prática discursiva deve contemplar tanto o que foi mantido na história quanto as rupturas e aberturas para o novo, possibilitando uma dinâmica na construção de sentidos para a história do sujeito.

3 ANÁLISE DOS DADOS - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Xs três participantes são um homem e duas mulheres, e escolheram os pseudônimos Reglus, “Professora” e Rafael, respectivamente. Reglus tem 38 anos e leciona música desde 2005, só se afastando das salas de aula em 2017 para o doutorado. A docência surgiu como uma alternativa para ele sair de um modelo “frio” de tocar música para pessoas mais velhas, de forma muito teórica, quando ele deu aula para crianças, acabou escolhendo esse caminho. A “Professora” tem 48 anos, tem 24 anos de docência como efetiva e 19 anos na escola em que ela está trabalhando, é professora de letras (inglês e português), mas está afastada por conta de problemas de saúde. Ela relata que lecionar foi sua primeira opção e que sente muita falta de estar em sala de aula. Rafael tem 43 anos, 19 de profissão e 11 em escola pública. Trabalhou como substituta por dois anos numa instituição pública e, como efetiva onde está agora, desde 2011. Disse, com brilho nos olhos, que desde quando começou a dar aula tinha certeza de que era aquilo que ela queria para a vida inteira. Ela dá aulas de ciências sociais e

sociologia. Como ela dá aula numa instituição federal, divide 40h em docência e trabalhos como pesquisadora, enquanto os outros dois já tiveram dupla e tripla jornada, trabalhando 60h exclusivamente no ensino. Xs três se identificaram como sendo da raça/etnia branca e cisgêneros. Todxs se posicionaram contrários ao Escola Sem Partido.

QUADRO DE DADOS DXS ENTREVISTADXS:

Nome	Reglus	Professora	Rafael
Idade	38 anos	48 anos	43 anos
Sexo/gênero	Masculino/ cisgênero	Feminino/ cisgênera	Feminino/ cisgênera
Raça/etnia	Branco	Branca	Branca
Disciplina que ministra	Música	Línguas (portuguesa e inglesa)	Sociologia
período de docência	14 anos (se afastou em 2017 para o doutorado)	24 anos como efetiva e 19 na escola em que trabalha, mas está afastada por problemas de saúde	19 anos, sendo 11 em escolas pública, é efetiva na escola atual há 8 anos.
faz ou já fez dupla jornada	Dupla e tripla, 60h exclusivamente no ensino	Dupla e tripla, 60h exclusivamente no ensino	40h divididas em docência e pesquisa
favorável ou contra o Escola Sem Partido	Contra	Contra	Contra

3.1 “PROFESSORXS, DEIXEM OS JOVENS EM PAZ!”

As entrevistas tiveram muitas questões enfatizadas em comum, e a principal é a concepção dxs professorxs sobre o Escola Sem Partido. A Professora entende que é um mantenedor de um quadro de ditadura conservadora que rasga os saberes científicos e desrespeita xs educadores. Ela faz uma leitura que, com os projetos do Escola Sem Partido, as extensões, a universidade e os intercâmbios estão em iminência de acabar e isso irá caracterizar num ensino de matérias por progressão automática, exemplificando que xs estudantes só aprenderiam a mexer numa calculadora em matemática, o que geraria um semi-analfabetismo. Ela problematiza que *“o projeto de lei do escola sem partido vai acabar com a pesquisa, extensão, universidade e intercâmbios, vai ensinar matemática e português para xs alunxs saírem semianalfabetos de novo?”* Gallo (2013) apresenta uma desconfiança sobre o conteúdo programado que é facilmente assimilado. Penso que essa problematização converge com a implementação do Escola Sem Partido como dispositivo de controle, uma vez que ela preza por um estudo acríptico e tecnicista, logo o conteúdo é captado com menos dificuldades, por não exigir criticidade reflexiva. Isso converge com o que Rafael percebe ser *“um projeto ignorante do que acontece nas escolas e que pressupõe que xs professorxs tem poder de manipular e que xs alunxs são idiotas manipuláveis.”* Reglus afirma que o Escola Sem Partido é *“um comitê de moralidade na educação, como se eles pudessem controlar aquilo que se diz em sala de aula, um estado de polícia ampliado de controle dos jovens e perseguição aos pensamentos críticos”*.

Reglus considera que a utilização da palavra doutrinação é equivocada conceitualmente, pois não é possível como professor doutrinar uma pessoa. Rafael também afirma que o termo é incorreto, pois segundo ela *“doutrina vem das igrejas que são doutrinárias e dogmáticas, ou é pecado ou não é, então a palavra é apropriada nesse contexto, mas ela acaba sendo transferida da Igreja para as escolas, justamente o lugar da não-doutrina.”* Sobre a utilização errônea de conceitos, Guilherme e Picolli (2018) apontam que, tal qual a falácia nazista que os judeus estavam no topo do poder, os projetos de Lei da Escola Sem Partido flertam com o totalitarismo ao criar um inimigo imaginário que está dominando os espaços sociais e devem ser combatidos, inimigo este que pode ser nomeado de diversas formas, como os autores denominam: uma iminente *“ditadura gay marxista”*. Ou seja, entendo que qualquer nome para essa ameaça irreal que remeta à ideais contrários ao Escola Sem Partido serve para consolidar o discurso persecutório de que as crianças estão

sendo manipuladas em sala de aula. Sendo assim, a “doutrinação” é um termo escolhido para denominar uma atividade tida como subversiva dxs professorxs, mesmo sendo irreal. Penna (2015) afirma que termos como “ideologia de gênero” e “marxismo cultural”, utilizados amplamente por movimentos como o Escola Sem Partido, possuem definições ambíguas e imprecisas que generalizam alvos de ódio da população mais conservadora.

Sobre a doutrinação, Boppré (2019) afirma que o movimento abarcou a falta de prestígio dos partidos políticos no espectro social para manipular, fazendo com que acreditem que são salvadores das crianças desse suposto inimigo, que “doutrina” e ameaça a inocência dxs jovens. A Professora afirmou categoricamente que doutrinação é o que o Escola sem Partido faz, e isso vai ao encontro com as falas dxs outrxs entrevistadxs e de Boppré, pois ao manipular a sociedade colocando ela contra a criticidade nas escolas, ele normatiza o sistema educacional ao invés de abrir para o diálogo. As denúncias de “doutrinação” muitas vezes aparecem das formas mais inesperadas. Rafael relata um caso intrigante que aconteceu na escola em que ela trabalha para ilustrar:

Uma colega minha que a família fez um escândalo porque ela trabalhou os contos do Franklin Cascaes. Uma das coisas que trazem os contos é a questão das bruxas, do folclore da ilha, e a família era evangélica e o filho não poderia ler conto de bruxa! Porque ele só poderia ler coisas relacionadas a Jesus! De novo, aonde está a doutrinação? (suspiro) é na escola...? A escola que está doutrinando?

As denúncias por doutrinação, por esse exemplo, podem acontecer das mais variadas situações. As consequências dos ataques podem ser devastadores, como o caso que aconteceu com Reglus, quando ele foi usar um livro de artes para discutir representações e sentido. Ele relata que precisou sair de sala para buscar uns exemplares de livros que faltaram e, quando retornou, xs adolescentes estavam numa página que tratava de gênero e sexualidade e mostrava figura de pessoas nuas, elxs ficaram se apontando e se ofendendo em brincadeiras de cunho machista. Reglus interferiu e tentou discutir sobre as diferenças corporais, a diversidade sexual humana, até que ele disse ser homossexual para ampliar a discussão, mas um jovem mais exaltado criticou, disse que a religião não permite. Nisso, algumas meninas criticaram esse comportamento como homofóbico. A aula decorreu normalmente, mas depois ele relata que teve a represália:

(...) os pais do aluno, desse menino, apareceram na escola, me acusando de pedofilia, por ter tratado de gênero em sala de aula, que eu tava tentando seduzir os alunos...

foi bastante chocante a acusação, e eu... recebi aquilo com incômodo... como assim? Ai o relato que eles me deram é que no caminho pra casa eles seguiam discutindo o tema, e o grupo acusou o menino de homofóbico e de preconceituoso, porque quando ele tava sozinho com os pares ele foi mais enfático em manifestar o discurso de ódio, e aí as colegas reprimiram mais ele e os pais disseram que ele chegou muito afetado, chorando em casa por causa da minha aula, que tinha sofrido por causa dessa situação, tinha sido sofrível, que eu falei mal da biblia, criei conflito nos valores que construíram em família... aí eles me acusaram de pedofilia, e tinham ido consultar especialistas que disseram que eu não poderia ter feito aquilo, tentaram me pressionar né?

É perceptível pela fala que discursos como o do Escola sem Partido incentivam uma judicialização do ensino, colocando educadorxs contra a parede de acordo com o que é discutido em sala, policiando cada palavra e punindo se elas não estão de acordo com as propostas do Movimento. As repressões visam destruir a credibilidade dxs professorxs para que haja a manutenção das pautas conservadoras e os conteúdos ensinados sejam restritos aos exercícios técnicos, sem propor reflexões críticas, deixando xs professorxs acuados em exercer sua liberdade de cátedra com receio de serem judicialmente impedidos e terem sua carreira e índole questionadas. Entendo com isso que a fomentação do medo é um sustentáculo importante do Escola sem Partido para disciplinarizar a educação, e o professor relata como ele reagiu às infundadas acusações que sofreu.

Mas na época não tava ainda muito formatada essa ideia de escola sem partido, o Miguel Nagib tava começando ainda, então não se tinha muito conhecimento disso. Me disseram que queriam me processar e eu disse que gostaria de discutir na justiça mesmo isso, porque seria muito importante pra jurisprudência, era algo impossível aquilo que eles estavam me acusando, e estavam me caluniando também, me difamaram, e... eles não me processaram, ficaram com receio quando tentaram me ameaçar inicialmente e, não sei o que eles esperavam, quando eu apontei que concordaria com a possibilidade de discutir na justiça, ficaram todos eles, a direção da escola também, me pressionando, que não queriam que eu continuasse com essa minha postura mais combativa, mas eu inverti a mesa, consegui inverter o jogo retórico depois de toda a discussão.

Outro fator perceptível na fala é que a própria escola, por meio de sua direção, tentou abafar o caso ao invés de oferecer uma assistência ao professor, denotando o descaso institucional com seu profissional pelo fato dele ter que se defender sozinho. Diante do relato apresentado pelo professor, ele afirma que a situação deixou sequelas cujos resquícios ainda reverberam:

(...) eu cheguei a chorar, a ter episódios de sofrimento, mas depois de buscar refletir muito, tratar isso internamente eu consegui superar, em certa medida porque o

trauma segue e volta e meia esses gatilhos são disparados, e me encontro em situação de conflito, aquilo ficou marcado e eu provavelmente vou ter que tratar mais a frente.

Portanto, posso entender que o controle do que pode ser dito em sala de aula por dispositivos discursivos de controle como o Escola sem Partido, causam sofrimento psíquicos nos profissionais que se vêem colocados contra a parede por um discurso que prega uma neutralidade inexistente, logo, professorxs “doutrinam”, pela concepção do Escola sem Partido, porque é impossível não tomar partido, desde a seleção de conteúdos até a matéria ministrada. Assim, o simples exercício da docência, independente de conteúdos, se torna sujeito aos possíveis ataques.

Os relatos do professor Reglus fazem pensar no quanto discursos como o do Escola Sem Partido, de acordo com Capaverde, Lessa e Lopes (2018), vedam discussões envolvendo sexualidade e proíbe xs professorxs de expressar suas opiniões sobre quaisquer assuntos como posições ideológicas, religiosas, políticas. Xs autorxs pensam que a ausência de debates sobre esses assuntos vai penalizar os sujeitos, implementando uma acriticidade nos debates e prevalecendo a dominância discursiva das classes elitistas.

Gallo (2013) entende que o neoliberalismo, que inclusive permeia o movimento Escola Sem Partido, visa controlar a área escolar propondo a urgência de uma “educação de qualidade”. A indignação é intencional e sugere que esse modelo pode salvar os jovens de serem doutrinados, quando a intenção por trás desse discurso moral é o controle de subjetividades. É preciso entender que a lógica neoliberal que permeia discursos que são propagados por movimentos como o Escola Sem Partido, então há algo além do Movimento Escola Sem Partido, que é mais um dispositivo desse grande guarda-chuva chamado neoliberalismo. Existe um discurso neoliberal que norteia essas ações de ataques à educação e ao pensamento crítico, que visa controlar os corpos por meio da docilização.

3.2 NÃO PRECISAMOS DE CONTROLE DE PENSAMENTOS

Uma frase da Professora que ilustra o caráter ditatorial do Escola sem Partido é “em época de ditadura, não existe um notório saber”, ou seja, o Escola sem Partido é mais um dispositivo de censura social para estabelecer um controle. Uma das formas é deslegitimar a categoria dxs professorxs. Dispositivo que, de acordo com Deleuze (1996) é um conjunto multilinear com várias direções desuniformes, que podem se encontrar e afastar, podendo variar nas curvas. Ele é composto por diversas linhas, como de visibilidade, enunciação, força, subjetivação, brecha, fissura, fratura, que se entrecruzam acabando por perpassar umas outras, ou suscitar derivações, sem coordenadas constantes e não-universais. Ou seja, entendo que dispositivos são formados por uma heterogeneidade discursiva, como uma rede emaranhada de diferentes elementos, logo, um dispositivo de controle ou disciplinar enreda as hierarquias sociais, os discursos de manutenção do biopoder.

A Professora também traz que a falta de investimento na educação resulta em marginalizar a população e, conseqüentemente, provocar o adoecimento da sociedade. Isso vai de encontro com as noções de utilitarismo e disciplina. A noção de disciplina aparece para elucidar as práticas que permeiam todo o sistema macropolítico e micropolíticos, que buscam a docilização dos corpos para benefício dos poderes. Foucault (2014) conceitua as disciplinas como meios de controlar e sujeitar corpos a uma relação de docilidade e prestatividade, então a sociedade disciplinar utiliza desses métodos para forjar um sujeito obediente, ou seja, tornando a educação acrítica, os sujeitos são mais facilmente dominados.

O utilitarismo dos conservadores serve para impedir a manifestação das diversidades e de os oprimidos se calarem diante das opressões, segundo Reglus, que afirma que “*o Escola sem Partido é um projeto que silencia a diversidade humana e institui e normaliza o assédio moral*”, e que se a educação for utilitária está fadada ao fracasso, portanto, a disciplina que o Escola sem Partido pretende instituir vai da censura das divergências até o ensino meramente utilitarista e irreflexivo. Foucault (1996) fala que a interdição é um dos métodos mais conhecidos de exclusão, pois é sabido que não existe um direito de falar sobre qualquer assunto em qualquer circunstância, portanto, a interdição serve para excluir discursos que não

estejam alinhados com o poder, sendo censurados e silenciados, como o Escola sem Partido propõe exercer sobre os docentes.

Hur (2018) aponta que os mecanismos disciplinares agem como maquinários codificando corpos emanando códigos de condutas normativas, ou seja, o sujeito é moldado de acordo com os interesses das instituições e poderes disciplinadores. Hur (2018) traz o conceito de subjetividade disciplinar para ilustrar o resultado dessa modelação, pois a subjetividade, pertencente a esses corpos, precisam ser normalizados em concordância com esses códigos. No meu entendimento, isso leva a evitar que sejam capturados por instâncias “transgressoras” dessas condutas prevaletentes, e a escola sendo um aparato que visa a captura da subjetividade para o aprendizado e construção da criticidade, logicamente seria um alvo altamente visado. Hur (2018) entende que o processo de produção-repressão configura uma subjetividade disciplinar, visto que o ambiente da disciplina fornece um aparato de desenvolvimento subjetivo, mas poda a criatividade ao regular os investimentos desejantes, ou seja, captura a subjetividade, mas a filtra para que seja docilizada juntamente com os corpos.

O conceito de subjetividade disciplinar é imprescindível para a compreensão de como a disciplina opera. Hur (2018) enfatiza que é pelo desvio das regras que é acionado o mecanismo disciplinar, ou seja, pela negatização, sendo um processo excludente e de lógica dicotomizante. Entendo que é visível como ela funciona ao ver que, quem segue as normas impostas sem objeções, está no “lado certo”, já quem burla, é rechaçado socialmente em uma lógica punitiva.

Foucault (2014) já previa que ambientes como a escola seriam permeados pela lógica da vigília disciplinar para inspecionar e sujeitar os corpos a uma obediência às regras. Isso vai de acordo com o que Reglus diz sobre o Escola Sem Partido não ser uma política voltada para o benefício do sistema educacional como um todo, servindo mais pra precarizar e punir o professor. Ele considera que serve “para instituir essa polícia, esse estado de polícia o tempo todo em que o aluno fiscaliza o professor, o estudante está controlando e induzindo o professor ao erro”, lembrando que tem um campo do site do Escola Sem Partido chamado planeje sua denúncia. Isso também aconteceu no estado como demonstra uma notícia do Estadão divulgada pelo clicrbs (2018), que a deputada Ana Campagnolo (PSL), apoiadora do Escola Sem Partido (assim como o Presidente da República, Jair Bolsonaro), promoveu abrindo um canal de “denúncias de doutrinação”, portanto é uma tecnologia de controle de

corpos que apresenta com clareza a dinâmica das relações de poder e a forma de penitência dos subversores.

Entendo que Reglus exemplifica o Escola sem Partido com o seu sistema de articulações de denúncias como um mecanismo punitivo de controle dos corpos dxs docentes, impedindo-xs que contrariem as regras e digam o que não pode ser dito para os jovens. Os próprios estudantes são responsáveis por inspecionar a metodologia de ensino e relatar para o Escola sem Partido se algumx está se desviando do que foi institucionalizado como possível de ser abordado. Assuntos como gênero e Marxismo estão banidos por serem temáticas “doutrinárias”, limitando ao ensino utilitário e irreflexivo. Um discurso de Foucault (1996, p.9) ilustra bem como as temáticas polêmicas são alvos do poder discursivo:

Em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse e ementa transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.

Para exemplificar, gênero é um tema constantemente atacado e distorcidos pelos mecanismos coercitivos conservadores como o Escola Sem Partido, a Rafael explica que a discussão de gênero se inicia na reivindicação dos direitos trabalhistas e de voto das mulheres, passando por diversos movimentos sociais feministas e LGBTQI+, ou seja, não se resume a hetero ou homossexualidade. As distorções, segundo ela, vem quando questionam se xs professorxs dizem que o menino não pode ser menino ou vice-versa. Rafael pontua que as problematizações são em relação a *“desconstrução da estereotipação das identidades de gênero na educação infantil, ao ensinar que não existe cor, brinquedo e esporte de menino e de menina.”*

Sobre a lógica da vigília institucional abordada anteriormente, Moura (2017) afirma que o poder estatal é o que determina o funcionamento das instituições visando disciplinar ou controlar a população, contextualizando a sociedade de forma hierárquica, logo, a disciplina é o poder sobre as pessoas, seja pelo Estado, seja por outra instância colocada hierarquicamente acima dos demais sujeitos. Foucault (2014, p.170) estabelece a relação entre as instituições com o controle hierárquico, expondo o caráter vigilante desses dispositivos:

As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento.

O caráter vigilante do Escola sem Partido aparece na fala de Rafael, que diz que não tem medo de ser filmada, mas afirma ter um outro receio:

Já tivemos professores filmados e o que é mais triste quando falo não tenho medo de ser filmada é desde que me mostrem do início ao fim, porque às vezes recortam o fragmento de sua fala né e aí manipulam, mas já tiveram situações aqui na escola, esse projeto de lei vem criando uma situação muito séria nas escolas, (fala baixinho) ele vem colocando as famílias contra as escolas. E sabe quem sofre com isso, os alunos, especialmente os pequenos.

Sobre os mecanismos de disciplina, Dallabrida (2014) afirma que a configuração “disciplina-mecanismo” se dá na medida em que os corpos são enquadrados no tempo-espaço visando a produtividade sob vigília constante e ininterrupta, de forma bastante evidente. O controle é mais “sutil”, como Deleuze (1992) explica ao afirmar que o sujeito na sociedade do controle difere-se da disciplinar, em que ele deixa de ser indivíduo e passa a ser divisível, como uma partícula de um coletivo, numa sociedade mais volátil. Deleuze (1992) exemplifica o controle com a coleira eletrônica substituindo as prisões, sendo que existe um mecanismo que interfere na liberdade, mesmo num espaço aberto.

É preciso ter o entendimento que as sociedades disciplinar e de controle não se anulam, mas coabitam e, muitas vezes, se misturam de tal forma que fica inviável diferenciar com exatidão, como posso perceber na afirmação de Moura (2017) sobre a sociedade de controle se ambientar numa metrópole moldada para uma sociedade disciplinar. Além disso, o que torna essa separação ainda mais difícil é o caráter onipresente das disciplinas e do controle, como diz Foucault (2014, p.153): “os controles disciplinares da atividade encontram lugar em todas as pesquisas, teóricas ou práticas, sobre a máquina natural dos corpos”. A onipresença também tem a ver com o tempo, que Foucault (2014) aponta que a utilização do tempo também é objeto de controle, não apenas os corpos, logo posso concluir que a disposição temporal do trabalho constante controla as vidas dos indivíduos através dos mecanismos de poder.

Gallo (2004) explica que as tecnologias de poderes são definidas pelo pensamento Foucaultiano no plural, pois há uma gama de dispositivos, além disso, surge a afirmação de que tratar relações de poder como apenas repressivas, ignorando fatores positivos como um sendo um terreno fértil de produções e manifestações sociais, é uma definição reducionista que não contempla a complexidade das relações de poderes. É importante a consideração que os mecanismos disciplinares e de controle não são de matrizes unilaterais. A população e o contexto no qual ela está inserida possibilitaram a existência desta disparidade de poder e controle sobre os corpos. Portanto, penso que o Escola sem Partido, assim como o conservadorismo surgiram porque houve apelo de certa parcela da população brasileira, desde populares até autoridades no meio político, jurídico e artístico, por exemplo.

De acordo com Gallo (2013), o controle que é tido como mais sutil, pode ser, inclusive, um regime totalitário menos brando que o disciplinar, haja vista que essa sutileza é disfarçada de uma autonomia mais assegurada, mas o cerne é igual ao da disciplina: busca a docilização de corpos para produção capitalista. A maior totalitarização vem dos avanços tecnológicos (e-mail, celular, internet, etc.), pois a facilidade do contato também facilita o controle. O avanço tecnológico também permitiu que alunxs filmassem em sala e tivessem acesso à uma multiplicidade de informações, incluindo de influenciadores conservadores, como o Escola sem Partido. A “professora” compara que na época em que ela sonhava com universidade era diferente *“hoje eles tem internet, um mundo à sua frente para visualizar uma sociedade nova! Os alunos necessitam ser orientados, com a mediação do que é real ou não, do que deu certo e não deu, para que não batam a cabeça sempre no errado e procurem caminhos novos”*.

Rafael coloca que alunxs do Ensino Médio tem acesso a tudo em suas casas e não há um controle parental do que elxs acessam na Internet. Consequentemente, elxs trazem conteúdos distorcidos como se fossem realidades cristalizadas e, caso sejam contestadxs pedagogicamente, os pais reclamam. Entendo que as informações inapropriadas vão além de conteúdos vetados para faixas etárias específicas, mas a ausência de um filtro para avaliar se o que é dito tem consistência e veracidade, por isso que afirmações vindas de dispositivos de controle como o Escola sem Partido não possuem definições claras, facilita que o que foi dito seja feito sem uma criticidade e assim, tomada como real.

Gallo (2013) entende que com os fascismos e mecanismos de controle, é preciso tecer linhas de fuga, e uma delas é justamente combater o “fascismo entre nós”, de forma que devemos abdicar da busca pelo poder, desprendendo da necessidade de domínio sobre outros corpos. Implementar mecanismos de resistência é outra alternativa, utilizando-se da mesma prática dos mecanismos de controle, mas promovendo o (des)controle, a libertação dessa normatividade que subtrai subjetividades. Penso que mecanismos de resistência ao Escola Sem Partido vem das próprias leis, dos movimentos estudantis, do corpo docente não-docilizado, das potencialidades éticas e estéticas, do pensamento crítico, enfim, tudo que promove a não-sujeição da subjetividade para o controle, e sim, para a resistência de existir. Uma educação que potencialize devires é uma forma combativa às opressões.

3.3 NÃO PRECISAMOS DE EDUCAÇÃO?

Paulo Freire (1993) considera que ensino e aprendizagem é uma condição essencialmente humana, gerando o desenvolvimento de inúmeras atividades. Um dos ambientes que propiciam a aprendizagem dos seres humanos é o da escola, como um lugar significativo de aprimoramento e troca de conhecimentos, favorecendo a construção de sujeitos críticos e possibilitando importantes inserções sociais. A Rafael traz que tem uma concepção Freireana de educação que *“ninguém ensina ninguém, as pessoas aprendem umas com as outras”*, sendo assim, ela entende que a docência é *“oportunizar um processo de mediação para que x alunx consiga, por si mesmx, aprender, num processo dialógico, e não unidirecional, onde eu sou a detentora do saber e transmito esse conhecimento como se fosse um computador que eu pegasse meu pendrive e colocasse nelx.”* A Professora acredita que uma educação deva valorizar as potencialidades humanas, assim como Reglus, que considera que a democracia é um princípio da educação brasileira pela pluralidade e que deve objetivar a emancipação do sujeito e que toda a relação humana é educativa, em diferentes dimensões, como formais e não-formais, pois possibilita se fazer sujeito detentor de conhecimentos.

A importância desse ambiente aparece na fala de Freire (1993) que entende que as escolas públicas devem ser pautas de lutas dos movimentos sociais visando uma sociedade mais democrática e que atenda a necessidade da população, portanto a educação é estimulada para que exista uma redução na desigualdade social do país. Reglus aponta que a desigualdade no país não permite que haja um modelo eficaz de educação, e que, a homogeneização seria um fator engessante, e que se deve primar pela pluralidade, além de que o modelo vindo dos séculos passados já está consolidado, sendo difícil de ser superado. Entendo que as desigualdades sociais no Brasil são fatores consideráveis que permeiam a educação, visto que a pluralidade visa a inclusão e a falta dela, a exclusão. Então quando Reglus preza pela necessidade de uma educação plural, entendo que ele vai ao encontro com a sociedade democrática que Paulo Freire (1993) destaca, sendo assim é necessário que seja almejada uma multiplicidade de falas e inserções sociais, num sistema educacional público, para que haja justiça social e qualidade de ensino. Inclusive, um sistema público necessita de uma estrutura para xs alunxs e para xs educadorxs, a professora afirma que tem sua vida inteira dedicada para o trabalho docente, dentro e fora de sala, com trabalhos para casa e tendo que sempre pesquisar, sendo mal remuneradxs e com pouco tempo de lazer sobrando. Reglus conta que teceu uma crítica a essa falta de tempo e excesso de trabalhos, numa brincadeira entre os colegas, dizendo que “professorxs com carga horária de 60h não tem tempo nem para cagar”, por conta da pouca hora disponibilizada para descanso, pausa para almoço era só eventual.

De acordo com Sousa Junior (2016), o Escola Sem Partido foi subestimado pelxs educadorxs, sendo visto um ato isolado conservador e absurdo, mas acabou ganhando corpo quando a onda reacionária e preconceituosa começou a surgir, muito por conta da insatisfação com o momento político vigente. A possível aprovação do Escola sem Partido acontece em conjunto com a possível regulamentação da educação familiar, fazendo com que ambos partilhem de desqualificações do modelo escolar e das opiniões plurais. Reglus aponta que o modelo não-formal de educação difere da formal na sua intencionalidade, a não-formal não tem uma clareza de intenções e objetividade, com um resultado determinado, portanto penso que ela quebra com uma escola que tem valores, objetivos para cumprir, projeto político-pedagógico e cronograma de atividades planejado. Exemplificando com a educação

domiciliar, os valores familiares acabam sendo fatores influenciadores no processo de aprendizagem.

Boppré (2019) diz que, ao delimitar as trocas estudantis e a relação entre tutores e alunxs, o Escola Sem Partido é permissivo com setores capitalistas que investiram no ensino a distância. Sendo assim, percebe-se que os modelos de educação que, além da problemática de serem utilitários e acrílicos, penso que só são viáveis para uma família que tem poder aquisitivo para custear, e isso faz com que sejam de uma lógica mercadológica e excludente. Outra crítica ao ensino a distância é que ele impossibilita um espaço de convivência e troca, que já muitas vezes não aparece no ambiente escolar, como traz Freire (1996), que lamenta que a escola suprima muitas vezes as experiências informais práticas que fazem dela um ambiente propício para a socialização, ou seja, mais que um lugar de mera absorção de conteúdos acadêmicos, a escola caracteriza-se por formar alunxs com outros conhecimentos, pela vivência e na convivência com xs outrxs.

Zanella e Molon (2007) apontam que a psicologia e a educação como um todo podem utilizar o espaço para práticas que considerem a pluralidade de vozes, conhecimentos e cores, ou seja, que contemplem as diferenças e potencialize as escutas. As autoras pontuam que existem vidas desejanter que pedem por uma escuta para que sejam potencializadas, haja vista que muitas vezes os desejos são silenciados por conta das normas, causando medo de possíveis punições. O Escola sem Partido seria mais um possível impedimento para a vazão desses desejos, já que é mais um dispositivo de controle que um potencializador de devires.

4 TRANSPASSANDO O MURO

Após analisar os alinhamentos teóricos com os discursos dxs professores de Ensino Médio de escolas Públicas de Florianópolis, penso que há inúmeras questões em aberto que só teremos conhecimento com o desenrolar da situação política no país e nos espaços em que o Escola sem Partido vem agindo. Xs entrevistados deixaram recados finais bastante críticos ao

Movimento, como a “professora” que cita Mandela como um presidente que investiu na educação pública e Cuba como um dos países com uma medicina mundialmente avançada, criticando o presidente Jair Bolsonaro por seu posicionamento de “*desmerecer as pesquisas e alunxs universitários*”. Já a Rafael considera que o Escola sem Partido “*não é sem partido e cerceia o direito do estudante de saber e a autonomia dxs tutorxs em construir conhecimento com o corpo estudantil.*” E por fim, Reglus deixa o seu manifesto

Eu queria deixar registrado um repúdio a essas ideias conservadoras que o escola sem partido traz, assim. É importante que a gente se posicione e esclareça. É um projeto de assédio, que impede as manifestações da diversidade e institui, legaliza e normaliza o assédio moral, por isso tem que ser repudiado.

Uma educação libertadora, plural, reflexiva e que potencialize xs alunxs acaba inviabilizada se for colocada mordanças nxs educadorxs. Assim, entendo o manifesto dxs profissionais que se sentiram atingidos por esse movimento e se colocaram contrários ao que ele propõe. Os sentidos atribuídos por professorxs de escolas públicas da cidade de Florianópolis ao Escola Sem Partido ainda é uma pergunta que pode ser respondida de diferentes formas por outras pessoas, mas entrevistando xs três, percebo que há um discurso combativo de quem está sendo oprimido e violentado por um movimento que visa amordaçar professorxs, num espaço que deveria prezar pela pluralidade discursiva. Deixo o meu manifesto em prol da educação que acredito, potencializadora de devires, e proponho um questionamento para futuras discussões: como o discurso neoliberal que norteia o Escola Sem Partido e movimentos semelhantes, de controle discursivos, foram ganhando tanta potência na sociedade brasileira?

Uma cena do filme Sociedade dos Poetas Mortos (1989) me ajuda a refletir sobre o que é preciso fazer para resistir diante da ameaça de uma censura no conhecimento. A frase é da cena em que o professor Keating, personagem do ator americano Robin Williams, sobe na mesa e diz que está naquela posição para lembrar os estudantes que eles devem tentar “*constantemente olhar as coisas de um jeito diferente*”. Subir nas mesas para sair de uma visão única de mundo, que uma visão de educação utilitarista e acrítica demanda, é enfrentar com uma postura pensante que valorize o ensino que potencializa máquinas-desejantes. Afinal de contas, nós não somos apenas mais um tijolo no muro.

REFERÊNCIAS

BOPPRÉ, Afrânio. Escola sem Partido: retrocesso e decadência na educação brasileira. Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. 2019. Disponível em: <<https://www.laurocampos.org.br/2019/01/29/escola-sem-partido-uma-contribuicao-o-debate/>>. Acesso em 6 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 21 abr. 2019.

CAPAVERDE, Caroline Bastos; LESSA, Bruno de Souza; LOPES, Fernando Dias. “Escola sem Partido” para quem? **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v.27, n.102, p.204-222, Mar. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362019000100204&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 1 abr. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. CFP é contrário à aprovação da PL Escola Sem Partido. 2018. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/cfp-e-contrario-a-aprovacao-do-pl-escola-sem-partido/>>. Acesso em 08 abr. 2019.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SP. Nota de posicionamento: Escola Sem Partido. 2017. Disponível em: <<http://crpsp.org/m/fique-de-olho-interna.php?noticia=1386&titulo=Escola%20sem%20Partido>>. Acesso em 08 abr. 2019.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 14 abr. 2019.

DALLABRIDA, Norberto. Limites sociológicos da leitura foucaultiana sobre a escolarização. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 51, p. 193-207, Mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602014000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 1 Abr. 2019

DELEUZE, Gilles. O que são dispositivos? In: _____. **O mistério de Ariana.** Ed. Veja. Passagens. Lisboa, 1996.

_____. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. **Conversações: 1972- 1990.** Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs vol.2:** capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34. 1995.

_____; PARNET, Claire. **Diálogos.** São Paulo: Ed. Escuta. 1998.

ESTADÃO. Deputada do PSL pede que alunos gravem vídeos para denunciar professores. Disponível em:

<<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2018/10/deputada-do-psl-pede-que-alunos-grave-m-videos-para-denunciar-professores-10630078.html>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 3. Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. Introdução à uma vida não-fascista. In: **O Anti-édipo.** DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Nova Iorque, 1977. Disponível em:

<<http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/vidanaofascista.pdf>>. Acessos em 6 Jun. 2019.

_____. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. 42. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Política e educação.** Ed. 5. Cortez, 1993.

GALLO, Sílvio. **Deleuze e Educação.** 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. Repensar a educação: Foucault. **Educação e Realidade.** v. 29, n.1, p.79-97. jan. 2004/jun. 2004.

GUILHERME, Alexandre Anselmo e PICOLI, Bruno Antonio. Escola sem Partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100234&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 2 abr. 2019.

HUR, Domenico Uhng. **Psicologia, política e esquizoanálise.** Campinas: Alínea, 2018.

MOURA, Denilson de Paula. **Evolução da sociedade disciplinar para sociedade de controle:** uma análise com enfoque na inteligência. 2017. 48 f. Monografia (pós-graduação em inteligência de segurança) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Curitiba, 2017.

MOURA, Fernanda Pereira de. **“ESCOLA SEM PARTIDO”:** Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História. 2016. 198 f. Dissertação de mestrado (Pós-graduação em ensino de História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

PENNA, Fernando. O ódio aos professores. Liberdade para ensinar. Disponível em: <<https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/18/o-odio-aos-professores/>>. Acesso em: 4 mai. 2019.

PINK FLOYD. WATERS, Roger. Another brick in the wall, part. II. The Wall. Harvest Records. 1979

SOCIEDADE dos poetas mortos. Direção: Peter Weir. Produtores: Steven Haft, Paul Junger Witt, Tony Thomas. Touchstone Pictures, 1989. 1 DVD.

SOUSA JUNIOR, Justino de. Escola ‘sem’ partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 953-956, dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462017000300953&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 abr. 2019.

SPINK, Mary Jane e MEDRADO, Benedito. Produção de sentido no cotidiano. In: SPICK, Mary Jane (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: edição virtual, 2013. cap. 2. p. 22-42.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**. Campinas, v. 22, n. 44 – p.203-220, ago./dez. 2014

ZANELLA, Andréa e MOLON, Susana Inês. Psicologia (em) contextos de escolarização formal: das práticas de dominação à (re)invenção da vida. **Revista Contrapontos**. Itajaí, vol. 7 n. 2 - p. 255-268, mai/ago 2007

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais, que infelizmente não puderam me ver escrevendo este artigo, mas penso que se orgulhariam. Minha orientadora e meu grupo de orientação por sempre acreditarem em mim e colocarem minha máquina-desejante à todo o vapor. Sou muito grato pelas minhas amizades, dxs colegas de faculdade e xs poucxs fora dela, que estiveram sempre presentes e acreditando na potência do artigo que escrevi. É impossível não lembrar com carinho dxs professorxs que me inspiraram, e ainda me inspiram, nas minhas lutas contra as opressões sociopolíticas e potencializaram meus devires, tanto de pesquisador crítico como de ser humano sensível. Existe um pouco de todxs xs pessoas que eu

tenho como inspiração neste artigo, e ele só foi possível por causa dessa rede de afetos. O trabalho foi feito com a cooperação de muitas mãos e tenho orgulho de afirmar categoricamente isso! Muito obrigado por fazerem parte da minha árdua jornada e amo todos vocês!